



EDUCAÇÃO QUILOMBOLA: EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS NO POLO EDUCACIONAL DE PORTO NACIONAL-TO

QUILOMBOLA EDUCATION: PEDAGOGICAL EXPERIENCES IN THE EDUCATIONAL POLICY OF PORTO NACIONAL-TO

Roberto Souza Santos – UFT – Porto Nacional – Tocantins - Brasil

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar as práticas pedagógicas no Polo Educacional de Porto Nacional-TO, ressaltando a lei 10639/2003 como forma de contribuir para a inclusão da História e Cultura Afro-brasileira no âmbito da sala de aula. Esta lei impõe a inclusão da cultura afro brasileira, como também na manutenção, revitalização e fortalecimento da cultura quilombola no ensino escolar. A metodologia empregada consistiu na realização de pesquisas bibliográficas sobre o tema, como também, a partir da pesquisa de campo. Nota-se que não só no Polo Educacional de Porto Nacional-TO, mas outros polos ainda não adequaram o seu currículo a uma educação diferenciada voltada a valorização das práticas e experiências pedagógicas voltadas para a cultura quilombola. Observa-se que a história dos quilombolas ainda se encontra a margem do processo histórico do país.

Palavras-chave: Educação Quilombola; experiências pedagógicas; Cultura.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the pedagogical practices in the Porto Nacional-TO Educational Pole, highlighting Law 10639/2003 as a way to contribute to the inclusion of Afro-Brazilian History and Culture within the classroom. This law imposes the inclusion of Afro-Brazilian culture, as well as the maintenance, revitalization and strengthening of quilombola culture in school education. The methodology used consisted in the accomplishment of bibliographical researches on the subject, as well, from the field research. It is noteworthy that not only in the Educational Center of Porto Nacional-TO, but other poles have not yet adapted their curriculum to a differentiated education focused on valuing the practices and pedagogical experiences geared towards quilombola culture. It is observed that the history of the quilombolas is still the margin of the historical process of the country.

Keywords: Quilombola Education; pedagogical experiences; Culture.

INTRODUÇÃO

Acredita-se que a aplicação da educação quilombola no ensino nas escolas, venha despertar na sociedade um olhar diferenciado, pois a partir do momento em que os quilombolas puderem contar com esta proposta juntamente com o conhecimento tradicional, certamente será capaz de promover uma educação cidadã. Estabelece-se, assim, um ensino voltado à integração entre a escola e a comunidade e os movimentos sociais, proporcionando a participação coletiva.

A escolarização dos quilombolas, do mesmo modo que podem afastá-los do tradicional meio de aprendizagem, da oralidade, pode fazer com que se conheçam o melhor, que tenha mais possibilidades na luta por direitos básicos, pode levar as comunidades a melhorar a produção agrícola e registrar suas memórias, crenças e festas. (MUNIZ, 2015, p. 42).

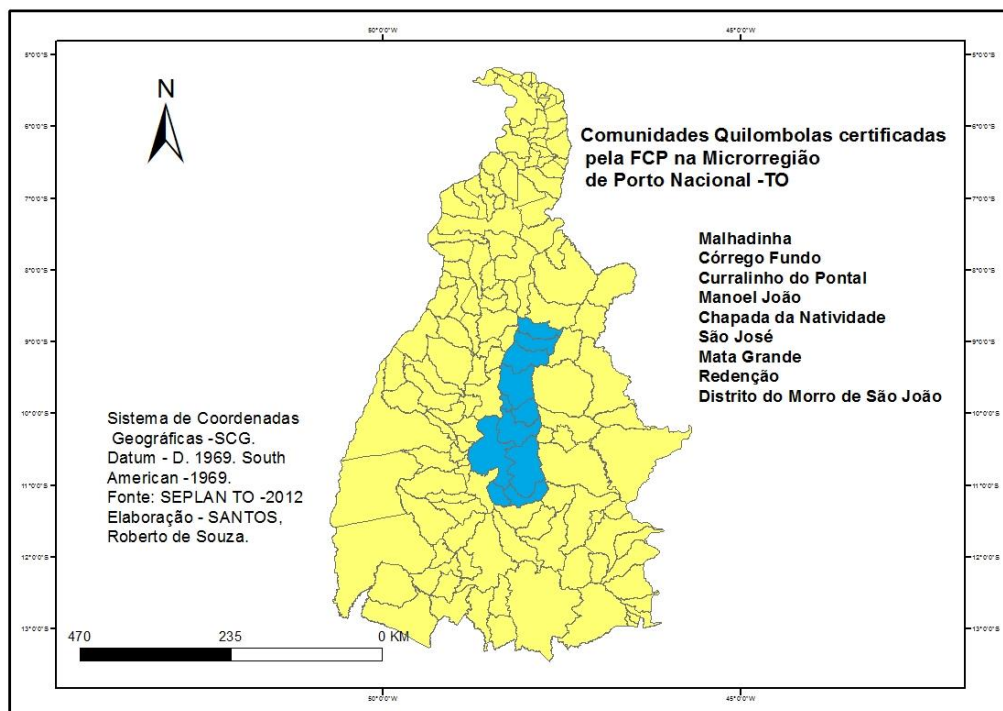
As práticas pedagógicas propostas sobre a história e a cultura quilombola devem envolver a comunidade no processo de ensino-aprendizagem. Entretanto, mesmo “quando se nega a escolarização a uma comunidade é evidente que a oralidade prevalecerá no processo formativo das crianças não somente por uma questão cultural, mas também por ser essa uma das possibilidades”, afirma Muniz (2015, p. 41).

O objeto da pesquisa é analisar as práticas e propostas pedagógicas trabalhadas no Polo Educacional Porto Nacional – TO. Quanto aos aspectos metodológicos, para desenvolver este trabalho e alcançar os objetivos propostos, foi realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema - *Educação quilombola: experiências pedagógicas no Polo Educacional de Porto Nacional TO*, como também de textos complementares para discorrer sobre informações relevantes ao tema. Foi realizada uma pesquisa de campo, para que se tenha maior embasamento empírico sobre o tema estudado, seguido de observação e entrevistas para coleta e análise da postura pedagógica da Diretoria de Educação (DREA/SEDUC) de Porto Nacional - TO na pessoa da professora Maria Irce Gomes de Sousa responsável pela educação quilombola no Polo Educacional de Porto Nacional.

E, finalmente a realização da análise e interpretação da literatura teórica e dos dados levantados a campo e das entrevistas aplicadas sobre o tema trabalhado. A adoção desta metodologia foi importante para obter dados e conhecer a proposta pedagógica quilombola do Polo Educacional de Porto Nacional. A temática analisada é importante, e de interesse para o debate teórico-metodológico na academia no que diz respeito às práticas pedagógicas utilizadas nas escolas das comunidades quilombolas.

O estado do Tocantins criado em 1988 pela Constituição Federal, tem várias comunidades quilombolas. Segundo Carvalho (2011), no ano de 2004 a Fundação Cultural Palmares (FCP) certificou uma comunidade quilombola no Tocantins, a comunidade Lagoa da Pedra, em 2005 certificou a comunidade do Mimoso, também conhecida como comunidade Kalunga do Mimoso ambas localizadas no município de Arraias. Em 2006 houve avanços significativos quanto ao número de comunidades quilombolas certificados pela FCP no estado do Tocantins, chegando a 13 comunidades. Na microrregião de Porto Nacional há 9 comunidades quilombolas certificadas pela FCP, conforme demonstra o mapa 01 a seguir.

Mapa 01



MEMORIAS E REFLEXÕES SOBRE A IDENTIDADE QUILOMBOLA

As comunidades remanescentes de quilombolas são populações negras que vivem no meio rural e se auto identificam como Comunidade Negra rural, Terra de Preto, Quilombolas, Mocambos, e outras designações correlatas. Se auto definem a partir das relações com a terra, parentesco, território, ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias, conforme ressalta Santos (2015, p. 94). O artigo 2º do Decreto 4.887 de novembro de 2003 reforça este raciocínio assegurado que:

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (BRASIL, 2003, p. 01).

Segundo Santos (2015), nesse sentido, é a própria comunidade que se auto reconhece como “remanescente de quilombo” sendo, também, um segmento da população negra brasileira marcada pela resistência, organização e, principalmente, pela luta em defesa de direitos sagrados: terra, liberdade, cidadania e igualdade.

Ligados a uma trajetória de fortes tradições, passadas de geração a geração no saber local, ligadas ao passado, construídas ao longo dos anos, relação com o trabalho na terra, história e lutas, conquista sobre o território brasileiro, as comunidades quilombolas resistem no tempo e no espaço.

O Norte Goiano era favorável para os negros, pelo fato do seu território ser amplo, e também distante dos centros administrativos portugueses e das forças coloniais militares responsáveis pela destruição dos quilombolas. Os quilombos escondiam nas matas, usufruíam da terra, e quando a terra já se encontrava degradada, eles mudavam para outros lugares em busca de melhores condições de vida. Segundo Larchert; Oliveira (2013 p. 46) (...) “carregam em si não o significado de refúgio de escravos fugitivos, mas de reunião fraterna e livre, com lações de solidariedade e de resgate de sua liberdade e dignidade no esforço de lutar contra o regime escravista”. Eles se refugiavam nas matas, onde encontravam outros negros

que juntos iniciaram um território de resistência que ficou chamada de comunidade de remanescentes quilombolas. Estas comunidades passaram a representar uma das formas de resistências e combate a escravidão. Trazendo consigo tradições, práticas religiosas, relação com o trabalho na terra, história e lutas de conquista sobre o imenso território brasileiro.

Nos dias atuais os quilombolas atravessam um grande embate sobre a sua participação ativa na população negra na formação histórica e cultural da sociedade brasileira, como também a reivindicação de seus direitos fundamentais. Um deles é a educação escolar quilombola enquanto política educacional, educação pública e de qualidade para todos.

Essa realidade, por muito tempo, ficou desconhecida e/ou desprezada pelo Estado. Com a agenda das lutas dos movimentos e as conquistas das políticas e dos programas federais, mesmo que de maneira lenta e complexa, foi-se tornando um pouco mais visível a necessidade de uma educação escolar específica para a população quilombola. (LARCHERT; OLIVEIRA, 2013, p. 48).

Todos esses aspectos podem ser notados em uma cultura que é passada de geração em geração contada por seus antepassados, dos valores que nela é obtido e das histórias vividas pelas comunidades. Dentro deste contexto, deve-se adotar uma educação onde se trabalha a realidade, a luta que esses povos travavam e travam, como também de suas resistências.

EDUCAÇÃO QUILOMBOLA E PRÁTICAS PEDAGÓGICAS: POSSÍVEIS ENCONTROS COM A LEGISLAÇÃO 10639/2003

As práticas e experiências pedagógicas nas comunidades remanescentes quilombolas estão asseguradas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e pela Lei 10.639/2003, que proporcionam uma construção de ações e projetos para o incentivo e a prática de valorização da cultura quilombola nas escolas. Este pressuposto busca orientar e colocar em prática o sistema de ensino, visando manter o diálogo com a realidade sociocultural e política das

comunidades quilombolas. A Lei 10.639 em seu Art. 26A e nos parágrafos 1º e 2º asseguram que:

Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira. § 1º O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil. § 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileira.

Dentro deste plano de educação, deve-se adotar a inclusão da realidade local dos quilombolas, o trabalho, a cultura, a oralidade, a memória, as lutas pela terra e pelo território, e pelas práticas que envolvem a sustentabilidade dessa comunidade. Para que esta proposta seja colocada em prática, se faz necessário dentro desse plano, estabelecer a formação dos professores, líderes e gestores das comunidades e das escolas para trabalhar a proposta pedagógica nos estabelecimentos de ensino. Larchert e Oliveira, (2013, p. 57) reforçam esse raciocínio afirmando que:

Homens, mulheres e crianças das comunidades quilombolas do Brasil precisam ser reconhecidos na riqueza de sua cultura e de seus conhecimentos tradicionais experiências no seu cotidiano. A escola precisa desenvolver ferramentas intelectuais que fortaleçam suas identidades e façam da sua resistência o objetivo e objeto da educação.

Vale ressaltar que essas propostas estão presentes no plano teórico, mas não no cotidiano das comunidades quilombolas. Após vários anos marcados pela existência da Lei 10.639, as escolas e a Secretaria Estadual de Educação e a Secretaria Municipal de Educação ainda não se adequaram o seu currículo à referida lei. Portanto, há necessidade destas, em ajustar o seu conteúdo a lei vigente. Pois esta lei constitui um avanço para as comunidades quilombolas e esse direito não pode ser negado. A escola deve-se trabalhar a educação quilombola, colocando em pauta, um conhecimento que inclui os saberes e as matrizes culturais da comunidade.

A escola precisa de ferramentas intelectuais que permitam o fortalecimento da cultura quilombola. Assim, se faz necessário o apoio político e financeiro dos órgãos públicos municipais, estaduais e federais para implantação desta proposta, para que os gestores das escolas quilombolas possam garantir a educação quilombola. E, sobretudo, de uma prática pedagógica voltada para o mundo quilombola com foco na valorização do ensino nas escolas do ensino fundamental e médio.

PRÁTICAS E EXPERIÊNCIAS PEDAGÓGICAS E EDUCAÇÃO QUILOMBOLA NO POLO EDUCACIONAL DE PORTO NACIONAL

Para verificar e observar as práticas e experiências pedagógicas quilombolas, foi realizado uma entrevista com Maria Irce Gomes de Sousa que exerce o cargo de técnica da educação, diversidade e étnico-racial no Polo Educacional de Porto Nacional- TO. O intuito da realização da entrevista foi para analisar as práticas e experiências pedagógicas trabalhadas nas escolas públicas da região. A partir dessa entrevista buscou-se identificar a contribuição e o papel da Secretaria Estadual de Educação e Cultura de Tocantins, com foco no Polo Educacional de Porto Nacional sobre a valorização da cultura afro-brasileira e as práticas pedagógicas trabalhadas nas escolas.

Qual é a proposta pedagógica que a SEDUC trabalha para a educação quilombola no Polo Educacional de Nacional? A secretaria comentou que “No momento a SEDUC não tem uma proposta pedagógica para a comunidade, pois estávamos acomodados, agora que foi tomado iniciativa para criar uma proposta que sairá ainda esse ano de 2016”. Ou seja, será necessário, implantar a proposta pedagógica quilombola conforme assegura a lei em vigência.

Há um processo de formação para os professores que atuam nas escolas? Em resposta, a secretaria disse que “No momento está sendo feito um levantamento”. Em atribuição a lei 10639/03, ainda percebe-se que a necessidade de fortalecer e institucionalizar orientações para que o professor fale da História e Cultura Afro-brasileira em sala de aula, pois os docentes ainda não estão preparados para trabalhar esse tema com os alunos, em função dos gestores

públicos não implantarem a proposta pedagógica da referida lei. Há necessidade de capacitação dos professores, e um planejamento para a sua formação, para que ocorra da melhor maneira, o diálogo dos professores com os alunos em sala de aula.

Há formação continuada para os professores que atuam nas comunidades quilombolas? Em resposta a secretaria indagada afirmou que: “No momento a SEDUC não tem uma proposta específica para eles, inclusive agora foi feito um levantamento com temáticas que as escolas que trabalham com alunos oriundos das comunidades, para montar uma proposta para a formação continuada, esse ano de 2016”. Ou seja, não há uma formação continuada para os professores que atuam nas comunidades quilombolas. A implantação da formação continuada é necessário para que, além de compreender a história dos negros, os professores possam incluir a história da comunidade retratando para os alunos a história local, resgatando a sua cultura e fortalecendo a identidade territorial.

Quais são as medidas que o SEDUC contribui para que o professor trabalhe a cultura afrodescendente nas escolas?

Na verdade, essa contribuição da SEDUC não é só na comunidade, é em toda as escolas, independente de atender aluno da comunidade quilombola ou não, em execução a lei 10.639, quer dizer se adequar ao currículo. Toda escola hoje trabalha a cultura afrodescendente, inclusive nós estamos analisando os currículos pedagógicos para que contemple o Projeto Político Pedagógico e ações relacionadas a isso. Precisou vir uma lei para obrigar os gestores públicos adotarem o ensino da historia e da cultura nas escolas, apesar que muitas escolas já pratica esta proposta de ensino.

Para uma educação diferenciada voltada a valorização e resgate da cultura negra, podem ser introduzidos um currículo diferenciado para a escola, a partir do Projeto Político Pedagógico. É importante que o poder público tenha um papel mais ativo no que diz respeito à atuação da lei 10639/03, pois não é necessário só criar a lei, tem que estimular ações que tire ela do papel e passe a fazer parte do cotidiano dos alunos.

A Educação Escolar Quilombola segue a proposta política de um currículo construído com os quilombolas e para os quilombolas? “Não, pois agora é que está sendo feito. Agora estamos solicitando sugestões de temáticas para eles, e estas

sugestões irão para a SEDUC, aí os técnicos vão montar uma proposta com uma formação continuada, para formar os professores que trabalham nas comunidades”. Para a participação da comunidade quilombola na criação de um currículo diferenciado é necessário introduzir os saberes e as matrizes culturais nas escolas quilombolas.

De que maneira as práticas educativas da escola fazem a interface com a realidade sociocultural com as comunidades quilombolas?

A escola faz parceria com os membros da comunidade que desenvolve projetos na própria escola, que também é escola e comunidade. Este é ano em que a SEDUC e a secretaria de ensino estão mobilizadas por essa temática. Esse ano de 2016, está em fase de construção, pois estavam todos acomodados. Esse ano com o diretor da diversidade, voltada para essa temática no campo, das minorias, e o secretário da educação também estão voltados para isso, inclusive eles querem criar um centro específico para as comunidades quilombolas, um localizado na cidade de Arraias e outro na comunidade de Porto Nacional, inclusive era para ser na Escola Familiar Agrícola, em um encontro que tiveram em Palmas onde os representantes dos quilombos dissera que não querem na EFA, eles querem dentro de uma comunidade, que é reconhecido como quilombolas, agora volta tudo de novo, pois vai se pensar em uma estrutura, onde, como acontecer, porque até então a secretaria tinha definido que era na EFA, pois lá tem toda a estrutura e capacidade, não tínhamos que pensar na parte física só pensar na parte pedagógica e humana.

As palavras da secretaria induz a pensar que a SEDUC continua planejando e praticando as propostas pedagógicas sem levar em conta a realidade local das comunidades e muito menos consultar as comunidades sobre o que elas realmente querem e aspirem. Construir um plano pedagógico para eventos sociais e culturais para as comunidades quilombolas em parceria com a Escola Familiar Agrícola pode ser um tiro no pé. Porque são ambientes diferentes do ponto de vista social e cultural.

Quais as estratégias utilizadas pelas práticas educativas de valorização da realidade sociocultural quilombola?

Temos a escola, que é totalmente considerada quilombola, em uma comunidade urbana, reconhecida como quilombos é a da Chapada de Natividade, todo o município é reconhecido como comunidade quilombola, a única escola que nós temos hoje que é considerada 100%, escola que atende a educação quilombola é o Colégio Estadual Fugêncio Nunes.

A secretaria entrevistada acredita que as estratégias utilizadas nas práticas educativas são importantes para a valorização das comunidades no sentido de fortalecer os aspectos socioculturais. Mas nem todas as escolas das comunidades vêm trabalhando as práticas pedagógicas de valorização sociocultural quilombola. Inclusive ela cita uma única escola que trabalha com a educação quilombola em sua totalidade que é ao Colégio Estadual Fugêncio Nunes no município de Chapada de Natividade.

Pode-se ver que as escolas ainda não mudaram seu currículo, e a ideia ainda está na adequação desse currículo, para algumas questões voltadas a lei 10639 que visa valorizar a história da África. Após essa lei você percebeu alguma mudança?

Em relação a esta questão da lei 10639 eu vejo que houve sim uma mudança muito grande em relação as ações da SEDUC, a regional de Porto Nacional inclusive no ano passado em parceria com o cantor da terra Everton dos Anjos, desenvolvemos um projeto com parceria da SEDUC, diretoria, UFT, que é o Projeto Feira da Cultura Negra. Foi um sucesso aqui na regional, com participação das comunidades quilombolas das escolas do estado, escola municipais, faculdade e comunidade em geral, comerciantes, pessoal da economia solidaria. Foi muito interessante e considerado muito positivo que, inclusive, agora será executado duas vezes ao ano, vai ser semestralmente, no dia 13 de maio, primeira parada para realização do projeto, que inclusive são ações que beneficia e atende a lei 10.639, um projeto interdisciplinar, e o outro no segundo semestre que é dia 20 de novembro, e assim será realizado na Praça do Centenário na cidade de Porto Nacional, tanto em maio como novembro com a participação da comunidade escolar. Além desses projetos, as escolas contemplam no Projeto Político Pedagógico delas, ações da consciência negra.

A partir do momento que o poder público e os gestores criam condições para a valorização da educação quilombola com participação da escola e a própria comunidade, verifica-se que o esforço e empenho não são em vão, pois, é através deste esforço, que se vê uma melhor qualidade social da educação. Por outro lado, percebe-se que as ações da SEDUC são ainda muito pontuais, são planejadas apenas nos eventos e datas especiais. O ideal é que as ações aconteçam durante o ano todo nas comunidades e nas escolas.

A respeito do material didático que é disponibilizado para a comunidade, é a mesma estrutura curricular disponibilizada para as outras escolas? Como é sugerida essa inclusão para os professores que trabalhem em sala de aula?

Infelizmente é o mesmo, é o mesmo da escola regular, eu vejo que a SEDUC está mobilizada para mudar isso, ter um currículo específico. A SEDUC sugeriu primeiro que as escolas que atende essas comunidades, fizesse um levantamento de temáticas para ser encaminhado para a SEDUC, e nós vamos montar uma proposta, atendendo essas solicitações e depois tem a formação dos professores, para que trabalhe isso na sala de aula.

A proposta pedagógica oferecida nas escolas das comunidades quilombolas são as mesmas das outras escolas. A partir do livro didático os professores podem fazer um resgate histórico da cultura e dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. E essa contribuição tanto pode partir da escola como dos professores, ressaltando em sala de aula a cultura afro-brasileira como constituinte e formadora da sociedade brasileira. A partir de um suporte teórico, o professor pode fazer a sua contribuição, introduzindo na sala de aula história, pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros, a sua cultura (música, culinária, dança) e as religiões de matrizes africanas, a partir do livro didático. Portanto, se faz necessário que os livros didáticos abordem tais conteúdos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desse trabalho foi possível constatar que as práticas e experiências pedagógicas assegurado pela Lei 10639/2003, ainda não se encontram aplicada no Polo Educacional de Porto Nacional-TO. Em outras palavras, observa-se que a Secretaria Estadual de Educação ainda planeja criar projetos para se adequar a lei aos currículos das escolas. Ou seja, colocar em prática a proposta pedagógica da Lei 10.639, ainda é um desafio.

Uma escola voltada aos interesses da comunidade quilombola deve trabalhar os aspectos culturais e sociais, incluindo em seu conteúdo escolar a preservação dos valores culturais e da história para que estes elementos não se percam. Nesse

sentido é pertinente afirmar que a relação entre identidade e território é tão forte que toda identidade implica numa territorialização, assim como a territorialização permite a permanência identitária.

A partir desse trabalho foi possível observar que a educação deve-se ir além do espaço escolar alcançando e envolvendo a comunidade de maneira ampla. Para isso, deve haver uma educação diferenciada, envolvendo professores, alunos e comunidade numa proposta de trabalho pedagógico em sintonia com a Lei 10639/2003. Foi possível notar o despreparo da Secretaria Estadual de Educação e Cultura no que se refere a formação de professores para seguir as exigências desta lei.

É necessário que seja desenvolvido uma educação direcionada a conscientizar todas as escolas brasileiras, promovendo o combate da desigualdade, no reconhecimento e valorização da cultura Afro-Brasileira e Africana, contribuindo para a construção de um Brasil que reconheça e valorize as diferentes riquezas culturais.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 23/09/2015.

CARVALHO, Gildene Soares. Regularização fundiária dos territórios quilombolas: direito a propriedade, titulação e permanência na terra da população negra do estado do Tocantins. **ESCRITAS**. Vol.3 (2011) pp. 103-119.

Fundação Cultural dos Palmares disponível em <http://www.palmares.gov.br/>.

LAECHEERT, Jeanes Martins; OLIVEIRA, Maria Waldenez. **DOSSIÊ - Panorama da Educação Quilombola no Brasil**. Políticas Educativas, Porto Alegre, ISSN: 1982-3207, v. 6, n 2, p. 44-60, 2013.

Lei n° 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm

MUNIZ, Maiara. Cultura e pesquisa em comunidades quilombolas do Tocantins. In: SANTOS, Roberto de Souza (org.). **Educação, território e cultura quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisa**. – Goiânia: / Kelps, 2015

BRASIL, ministério de educação e cultura. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorracionais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e**

Africana. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/13788-diversidade-etnico-racial>.

SANTOS, Vilson Pereira. Abordagens Pedagógicas para a Educação Quilombola. IN: SANTOS, Roberto de Souza. **Educação, Território e cultura quilombola no Tocantins: debates, experiências e pesquisa.** Goiânia –GO: Kelps, 2015.

Roberto Souza Santos - Possui graduação em Geografia pela UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO- CAMPUS DE RONDONÓPOLIS (1993), mestrado em Planejamento Urbano pela Universidade de Brasília (1999) e doutorado em GEOGRAFIA pelo Instituto de Geociências, UNESP, Rio Claro, SP (2006). Concluiu o curso de doutorado em 16 de maio de 2006. É Pós-doutor pela Instituto de Estudos Socioambientais - Programa de Pós-graduação do curso de Geografia da Universidade Federal de Goiás - Goiânia concluído em 2013. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: produção do espaço geográfico, educação e espaço geográfico, meio ambiente, sociedade-natureza, urbanização; correntes do pensamento geográfico. É professor Adjunto IV, professor do Mestrado em Geografia na UFT-Campus Porto Nacional e no curso de Geografia de Porto Nacional-TO/UFT

Recebido para publicação em 18 de maio de 2018.

Aceito para publicação em 23 de julho de 2018.

Publicado em 25 de julho de 2018.